

O espetáculo do arrocho

Estatais ajudam setor público a registrar em agosto seu segundo maior superávit: R\$ 10,9 bi

Editoria de Arte

Enio Vieira

BRASÍLIA

O setor público realizou em agosto um superávit primário das contas públicas (receita menos despesas, sem contar os gastos com juros) de R\$ 10,931 bilhões. O resultado foi o segundo maior da história — abaixo apenas dos R\$ 11,9 bilhões de abril — e ficou bem acima dos R\$ 4,964 bilhões de agosto de 2003. O que permitiu esse desempenho foi o superávit de R\$ 5,351 bilhões das estatais federais (Petrobras e Eletrobrás), que haviam acumulado altos déficits nos primeiros dois meses do ano com seus investimentos. A notícia de arrocho histórico — já são R\$ 63 bilhões acumulados no ano — sai dois dias depois de o governo aumentar a meta de superávit de 4,25% para 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 12 meses, o superávit está em 4,95% do PIB. Com a economia no ano, o governo superou no mês passado, em R\$ 6,8 bilhões, a meta de janeiro a setembro acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de R\$ 56,9 bilhões.

— Foi um resultado que depende da gestão do caixa das próprias empresas estatais, que investem mais em alguns meses e em outros não. Mas não se pode contar que será sempre assim — disse o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes.

Com o superávit primário e a valorização de 3% do câmbio no mês, a dívida líquida do setor público recuou de R\$ 945,7 bilhões (ou 55% do PIB) em julho para R\$ 941,3 bilhões (54,1% do PIB) em agosto. A relação entre dívida e PIB (o indicador mais observado pelo mercado) em agosto foi a menor desde abril de 2003.

BC: dívida menos sensível à variação do câmbio

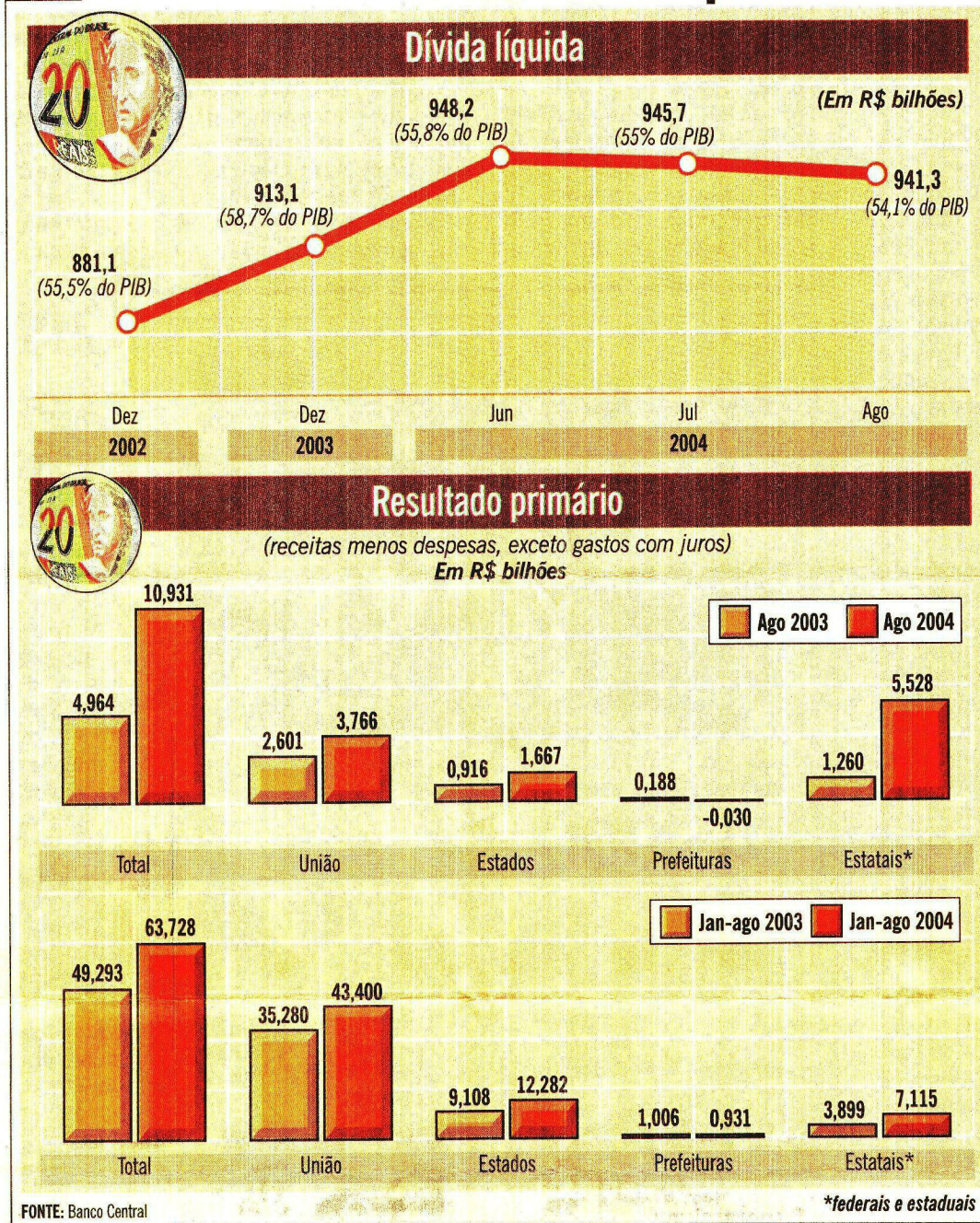
• Segundo Lopes, com o dólar a R\$ 2,88, essa relação deverá terminar em 54% em setembro. Um dos motivos para a maior estabilidade é a redução desde 2003 da dívida cambial, que representava 41,2% do endividamento público em agosto de 2002, no auge da crise financeira, e hoje está em 21,3%.

— A dívida está menos sensível hoje às variações do câmbio — afirmou o economista do BC.

Nos últimos 12 meses, o superávit primário está acumulado em R\$ 80,608 bilhões (4,95%). De janeiro a agosto deste ano, o saldo foi de R\$ 63,728 bilhões (5,82% do PIB). Nos dois casos, fica evidente a existência de folga, que será usada para atingir com segurança a nova meta de 4,5% do PIB e financiar as despesas maiores de fim de ano, como o décimo terceiro salário do funcionalismo.

Os recursos economizados são usados integralmente para o pagamento de juros da dívida, que somaram R\$ 83,786 bilhões (7,66% do PIB) de janeiro a agosto deste ano e R\$ 126,571 bilhões (7,77% do PIB) nos últimos 12 meses. O peso dos juros ainda se deve à elevada taxa básica (Selic) — que, a cada subida de 0,25 ponto percentual, ainda acrescenta R\$ 1 bilhão ao estoque da dívida.

Saiba mais sobre as contas públicas



Apesar de o governo ter elevado a meta de 4,25% para 4,5% — com a alegação de que havia excesso de recursos arrecadados em impostos — a meta que consta no acordo com o FMI é de R\$ 71,5 bilhões, correspondente a 4,25% do PIB em expansão de 3,5%. O BC ainda vai revisar o PIB deste ano, mas, de forma geral, a economia do Brasil deverá chegar a R\$ 75,8 bilhões (considerando o adicional de R\$ 4,3 bilhões anunciado na quarta-feira).

O economista Gustavo Loyola, da Tendências Consultoria, disse que seria interessante o governo aproveitar o excesso de receitas para aumentar os investimentos e baixar os impostos em alguns setores.

— Os números são excepcionais. Existe um elemento cíclico de retomada do crescimento que aumenta as receitas de impostos. Neste momento, é importante o governo não aumentar as despesas continuadas que não possam ser reduzidas no futuro, além de elevar os investimentos — afirmou Loyola.

Segundo Loyola, a percepção dos investidores em relação ao Brasil vai melhorar devido ao aperto fiscal durante as eleições municipais. Em agosto, o superávit primário se concentrou nas estatais e manteve desempenhos expressivos em outras áreas do setor público. A União teve superávit de R\$ 3,766 bilhões; os governos estaduais, de R\$ 1,667 bilhão; enquanto as prefeituras registraram déficit de R\$ 30 milhões.

O mercado reagiu bem aos números. Ontem, a Bolsa de Valores de São Paulo fechou em alta de 0,12% e o dólar comercial caiu 0,38%, a R\$ 2,870. Já o risco-país teve alta de 1,48% e encerrou a 479 pontos centesimais. O C-Bond, principal título da dívida brasileira negociado no exterior, caiu 0,6%, encerrando a 99,687% do valor de face. ■

• FMI ELOGIA A POLÍTICA ECONÔMICA DO BRASIL E PEDE REFORMAS CONTRA A POBREZA, na página 28

OPINIÃO

SURPRESAS

• COM TODOS os percalços, nos últimos dez anos a economia brasileira tem ganhado flexibilidade.

O CONTROLE da inflação, a flutuação do câmbio e o início da consolidação de uma cultura de responsabilidade fiscal, entre outros fatores, têm produzido feitos inimagináveis.

O MAIS evidente, nos últimos tempos, é a reviravolta nas contas externas. Até a dívida externa caiu, algo impensável para os defensores da moratória como única saída para o país.